

Nelson Werneck Sodré: transformação social para além da economia¹

Ulisses Rubio Urbano da Silva²

Resumo

O presente estudo faz um resgate do pensamento de Nelson Werneck Sodré durante os anos entre o suicídio de Getúlio Vargas e o golpe de 1964. Para tanto, utiliza-se três livros do autor publicado neste período: *Introdução à revolução brasileira*, *A ideologia do colonialismo* e *Formação Histórica do Brasil*. Através deste resgate procura-se apresentar uma forma de compreender as posições nacionalistas do autor que levem em conta seu caráter democrático e não apenas as questões consideradas econômicas. Contrapõe-se assim, à maneira como o pensamento de Sodré, como emblemático do pensamento comunista do período, tem sido analisado em estudos de economia política, cujos problemas de abordagem são apresentados na primeira parte deste trabalho.

Introdução

A contribuição de Nelson Werneck Sodré para a historiografia brasileira é inegável. No interior de sua obra, os escritos da segunda metade da década de 1950 e primeira metade dos anos 1960 são os que têm recebido maior atenção dos estudiosos. Três livros deste período são destacados: *Introdução à Revolução Brasileira*, *A ideologia do colonialismo* e *Formação Histórica do Brasil*³. As abordagens, entretanto, têm se concentrado em dois aspectos. Por um lado, a linha que estuda o pensamento econômico ou economia política, ao conferir demasiado peso aos aspectos econômicos do pensamento de Sodré, menospreza ou mesmo ignora a importância de outro aspecto que nos parece de maior importância: o aspecto democrático. Por outro lado, a discussão entre marxistas tem notabilizado o tema dos modos de produção (sobretudo no que se refere ao caráter capitalista ou não do agrário) e, embora preocupada com a democracia, nesse aspecto há maior preocupação em torno da questão de se a burguesia seria ou não democrática.

Este artigo está estruturado em três partes, além desta introdução. No próximo tópico, partiremos de dois autores que privilegiam os aspectos econômicos, Guido Mantega e Ricardo Bielschowsky. Pretendemos demonstrar como esta forma de abordar não confere maior atenção ao

¹ Este texto é resultado de um trabalho maior que realizei na pesquisa de Doutorado investigando as relações entre marxismo e nacionalismo no Brasil entre 1954 e 1964.

² Doutorando no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, concentração em História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

³ Cabe ainda citar dois outros que não serão tratados neste estudo: *O tratado de Methuen* e *História Militar do Brasil*.

que consideramos ser uma característica mais profícua do pensamento de Sodré. Depois, procuraremos apresentar uma nova forma de adentrar ao estudo destes livros de Sodré que torna a obra deste autor mais frutífera. Ressaltamos o aspecto democrático, o que confere também um caráter inconfundível às suas posições nacionalistas, e o combate ao pensamento conservador. Por fim, apresentamos a conclusão.

Discussões entre economistas

Nesta parte do trabalho, pretendemos percorrer alguns argumentos de Guido Mantega (1984) e de Ricardo Bielschowsky (2000) até chegar às consequências que suas abordagens têm para a interpretação do pensamento comunista, considerando que ambos os autores citam Nelson Werneck Sodré como principal representante deste pensamento. De modo geral, três questões são levantadas, em cada autor, para depois chegarmos até as suas consequências para as respectivas interpretações sobre o pensamento comunista: 1) o modo como concebem a “economia”; 2) suas considerações históricas para 2.1) demarcar o período de estudo e 2.2) para perceber as influências destes aspectos no pensamento dos comunistas; e 3) como tratam a questão do nacionalismo.

Começemos com o livro de Guido Mantega, *Economia Política Brasileira*. O livro pretende ser uma investigação sobre a economia política brasileira. Neste sentido almeja ser mais que apenas um estudo sobre o pensamento econômico brasileiro. Segundo o próprio autor:

Deve-se ressaltar, antes de começar a exposição, que o objetivo primordial deste trabalho é a formação da Economia Política Brasileira, ou seja, a história da formação das correntes de pensamento que deram uma versão consistente do processo socio-econômico brasileiro (MANTEGA, 1984, p. 159).

Como de fato acontece em partes do trabalho, esta perspectiva faz com que o autor em alguns momentos extrapole o que seria considerado o simples campo da economia, para adentrar em assuntos que poderiam ser considerados de outro campo da ciência, como a política, por exemplo. Ainda assim, a economia como disciplina de estudo é a referência, uma vez que Mantega (1984) diz que a Economia Política Brasileira foi fundada na década de 1950. Se o recorte fosse mesmo por interpretações do processo socioeconômico brasileiro, talvez autores anteriores a este período deveriam ser considerados, como é o caso do próprio Caio Prado Jr., que o autor aborda, mas através do debate de fins dos anos 1950.

O período de análise de Mantega (1984) é primordialmente as décadas de 1950 e 1960. Segundo a análise do livro, a principal controvérsia que balizou as discussões do período foi “entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a ‘vocação agrária’ do Brasil, e uma corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para

implementar a industrialização do país” (MANTEGA, 1984, p. 11). Quanto a pensadores como Roberto Campos, por exemplo, que também defendia industrialização, mas com posições diferentes das propostas à esquerda, diz:

Do lado oposto a todas essas teses e autores mencionados, que se situavam, *grosso modo*, numa posição crítica ou à “esquerda” das propostas convencionais de desenvolvimento, estavam os mentores intelectuais do que se poderia chamar de Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, posto em prática a partir do golpe de 1964 e vigente até os nossos dias do ponto de vista de suas proposições fundamentais. Coube a esses pensadores **conservadores adaptar os princípios da teoria neoclássica liberal à necessidade de uma grande intervenção do Estado numa economia de acumulação incipiente**, seja por meio da implantação de empresas estatais, e, sobretudo, a partir da firme regulação da força de trabalho, restringindo salários e potenciando os lucros (MANTEGA, 1984, p. 16-17 – negritos meus).

Mas Mantega (1984) não analisa este modelo por considerar que seria sistematizado somente na década de 1970. Isto evidencia a dificuldade em estudar todo o período das décadas de 50 e 60 somente a partir dos marcos do debate liberalismo x desenvolvimentismo. Embora consideremos acertado o argumento de que R. Campos pretendia adaptar a intervenção do Estado como forma de aprofundar a constituição de uma sociedade liberal, é preciso considerar que a gênese deste modelo se dera nos debates arrolados desde fins dos anos 1950 até o golpe de 1964.

Outro ponto em que Mantega (1984) avança, mas ao mesmo tempo recua, é no que trata dos antecedentes do desenvolvimentismo. Ao tratar de Roberto Simonsen, o autor assinala o caráter conservador de seu projeto de desenvolvimento, procurando uma conciliação com as oligarquias exportadoras e uma transformação econômica sem modificações nas instituições políticas. Percebe que a ideologia desenvolvimentista havia sido encampada por parte da classe média, na burocracia do Estado e, sobretudo, nas Forças Armadas. No entanto, Mantega (1984) torna-se menos claro quando fala do colorido nacionalista do desenvolvimentismo, pautado pela ideia de nação forte. O autor sublinha que era um nacionalismo que não negava a ajuda externa. O problema é que isto não pode ser esticado até os anos 1960. É preciso ter em mente que este nacionalismo dos anos 1930 é diferente do nacionalismo que surge com maior força a partir da segunda metade da década de 1950⁴. De certa maneira, o autor percebe isto, mas ameniza ao considerar como abrigado ao populismo:

⁴ “Influenciado pela conjuntura internacional, o nacionalismo econômico da década de 1930 buscava a autossuficiência e visava ao fortalecimento da defesa territorial. Estava associado a um ideário autoritário, centralizador que criticava tanto o liberalismo quanto o comunismo. Essas características o diferenciavam do nacionalismo da década de 1950, que estava associado aos valores democráticos e que, sem ser anticomunista, partilhava de aspectos da agenda socialista, especialmente quanto à defesa das riquezas nacionais (ver a campanha do petróleo, que deu origem à Petrobrás)” (SILVA, 2010, p. 46).

Porém, o projeto de desenvolvimento da nascente burguesia industrial brasileira, assentado nas velhas crenças e instituições autoritárias, foi atropelado pelos movimentos sociais e pelas pressões populares que se acumulavam com o intenso processo de urbanização, com o crescimento do proletariado e demais classes urbanas, sofrendo, ainda, o impacto dos ventos democráticos que sopravam no pós guerra. Dessa maneira forjou-se o populismo que, se bem que incorporasse o projeto econômico da burguesia industrial e demais seguimentos modernizantes das classes dominantes, ia muito além de suas expectativas autoritárias em termos de expressão e representação popular (MANTEGA, 1984, p. 29-30).

Desta maneira, Mantega (1984) termina por menosprezar as contradições do processo histórico que tencionam para mudanças, favorecendo uma análise mais linear.

Durante o arranjo político do populismo, o autor diz haver dois projetos políticos rivais:

Uma elite reformista, assumindo as rédeas do poder populista e acomodando as pressões das massas aos interesses do novo polo de acumulação urbano industrial, ao lado de uma elite autoritária, que também participava do aparato estatal, mas que já desde 1945 conspirava para excluir as “massas” do jogo do poder (MANTEGA, 1984, p. 30).

Mantega (1984) não faz nenhuma relação entre as instituições autoritárias anteriores sob as quais ele encontra os antecedentes do desenvolvimentismo e esta elite autoritária. Mas assinala que entre os industriais havia tanto autoritários como reformistas, embora não se diferenciasssem muito no que concerne aos interesses econômicos:

Note-se que, se do ponto de vista dos interesses econômicos há convergência de quase toda a burguesia industrial (tanto reformista quanto autoritária) em torno do mesmo projeto de desenvolvimento, do ponto de vista político essa classe contém uma fração autoritária que se opõe ao populismo e se aproxima dos segmentos autoritários das classes dominantes (MANTEGA, 1984, p. 31).

Apresenta, assim, uma sutil diferença com o seu esforço para demonstrar o caráter não democrático da burguesia industrial no capítulo em que analisa o dito Modelo Nacional-Democrático. Quanto à divergência entre elite autoritária e elite reformista. Diz o autor:

Na verdade, o tênue nacionalismo e distributivismo da elite reformista nunca chegou a caracterizar um projeto de desenvolvimento radicalmente diferente daquele proposto pelos segmentos mais conservadores da burguesia (MANTEGA, 1984, p. 31)⁵.

⁵ Incluo aqui a nota de rodapé do autor: “Deixando de lado os interesses agroexportadores, em franca decadência, as diferenças no seio da burguesia quanto ao projeto econômico dividiam aqueles segmentos favoráveis a um maior arrocho salarial e os partidários de um aperto menor (se bem que ambos fossem favoráveis à ‘poupança forçada’), ou aqueles favoráveis a uma legislação normativa para o capital estrangeiro e os partidários de uma total liberalização (se bem que ambos fossem favoráveis ao capital estrangeiro)” (p. 31-32).

Vê-se aqui, um recuo do autor. Para enfatizar a tenuidade do nacionalismo, enfatiza suas características econômicas (a participação ou não do capital estrangeiro), menosprezando seu caráter político (não autoritário). Isto tem forte consequência para a interpretação sobre o distributivismo, no qual o autor enfatiza apenas a questão salarial, esquecendo-se da mais quente delas: a distribuição da terra (com repercussão imediata nas questões políticas). Ademais, o autor torna linear a história da implementação das políticas econômicas:

Nesse sentido, serão examinadas as diretrizes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que balizou a política econômica do país no primeiro quinquênio dos anos 50 e o Plano de Metas do governo Kubitschek, também bastante influenciado pelas diretrizes traçadas pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. Esses passos preliminares fornecerão elementos para uma avaliação mais precisa do que poderíamos denominar projeto de dominação nacional-desenvolvimentista que, mal ou bem, regeu os rumos da vida nacional do início dos anos 50 até 1964 (MANTEGA, 1984, p. 33).

É possível ver misturar muita coisa. Primeiro porque coloca junto no mesmo barco um grupo liderado por Celso Furtado e outro liderado por Roberto Campos. Agentes que estariam em posições antagônicas em muitos aspectos, embora concordassem sobre a industrialização. Incluindo o “milagre econômico” como coroamento da estratégia nacional-desenvolvimentista (o que por si só já contraria a citação acima, segundo a qual o autor diz o nacional-desenvolvimentismo regeu os rumos da vida nacional até 1964⁶. E também não se coaduna com a ideia de outro modelo econômico, que o autor não trata, mas que denominou Modelo Brasileiro de Desenvolvimento). Contudo, o mais importante é a distinção entre racionalidade dos agentes e racionalidade do processo, que o autor até chega a tocar, mas de maneira insuficiente:

Em outras palavras, pretendo sustentar a tese de que a teoria cepalina e seus desdobramentos nacional-desenvolvimentistas nortearam os passos dos governos populistas brasileiros, abrindo caminho, assim, para a plena implantação do capitalismo monopolista no país e a fase mais avançada do imperialismo. Isso, evidentemente, pressupõe a contradição entre os objetivos sociais explicitados pela ideologia nacional-desenvolvimentista e os meios propostos para alcança-los. Estes foram efetivamente postos em prática, só que o alvo atingido foi outro (MANTEGA, 1984, p. 64).

De fato, a industrialização não resolveu os problemas sociais. Algo que já havia sido percebido ao final dos anos 1950. Daí por exemplo, os estudos sobre a dinâmica capitalista interna ter sua importância enquanto modo de avaliar os problemas sociais como fruto do desenvolvimento capitalista. Mas isto não pode implicar em descuido com as relações interestatais como forma de

⁶ “não só a estratégia econômica do nacional-desenvolvimentismo foi posta em prática durante os governos mencionados [Vargas (1951/54) e Kubitschek (1955/61)], como teve seu coroamento natural no modelo do ‘milagre’ que sucedeu ao golpe de 1964” (MANTEGA, 1984, p. 64).

relações, por vezes amistosas e por vezes conflituosas, entre diferentes capitais “nacionais” e suas consequências para o restante da população de cada Estado Nacional. Deste modo, se por um lado o processo de expansão imperialista àquela época encontrou nas proposições de industrialização alguns aliados, o próprio processo de aprofundamento e expansão das relações capitalistas no país gerou também forças contrárias àquela aliança que só puderam ser expurgadas do jogo político através de um golpe militar, com apoio imperialista, exatamente por aqueles que compunham o que autor chamou de elite autoritária.

Chegamos, assim, às implicações desta forma de análise para a compreensão do pensamento comunista brasileiro. Primeiro, o autor diz que as teses e proposições do PCB “desembocavam na industrialização como meta prioritária para a situação brasileira naquele momento” (MANTEGA, 1984, p. 12). Posteriormente, no entanto, afirma que

Definia-se, assim, o que denominei de Modelo Democrático-Burguês, que não chegava a ser radicalmente distinto do Modelo de Substituição de importações, e, muito pelo contrário, possuía várias ideias em comum, principalmente no tocante à estratégia para a industrialização do país (o papel atribuído à burguesia industrial, ao Estado, e assim por diante), mas que se diferenciava sobretudo na ênfase dada às questões políticas, mais presentes no Modelo Democrático-Burguês, enquanto o Modelo de Substituição de Importações detinha-se nos aspectos técnicos do desenvolvimento, mantendo o estilo da CEPAL (MANTEGA, 1984, p. 14).

Mantega (1984) não define o que seriam estas “questões políticas”. No entanto, como, segundo o autor, o PCB concordava com a estratégia para industrialização nos moldes do Modelo de Substituição de Importações e este estava influenciado pela CEPAL, logo, apertando o argumento, chega-se a que o PCB apoiou a forma de desenvolvimento que foi coroada com a estratégia do “milagre”. Discordamos. O PCB talvez tenha se enganado quanto ao caráter democrático e anti-imperialista da burguesia industrial. Mas não abandonou a democracia. Ao contrário, procurou ampliá-la através da luta anti-imperialista e antilatifúndio. E no momento em que encontrou forças sociais que davam corpo ao seu projeto, em parte rivalizando e em parte apoiando e sendo apoiado pelo que Mantega (1984) denominou Modelo de Substituição de Importações, veio o golpe. A face política deste projeto, portanto, não é algo que pode ser menosprezado em favor dos aspectos econômicos. Aliás, essa divisão nem faz sentido. Onde se tem que chegar, é, a partir da categoria imperialismo, nas contradições deste processo de industrialização que se expressa na vida cotidiana das pessoas.

De outra maneira, e só como observação final, como compreender que Caio Prado Jr., ainda que tendo discordâncias com o PCB, nesse aspecto, “se aproxima do Modelo Democrático-Burguês, ambos apostando no capitalismo nacional e vendo no imperialismo o principal obstáculo para essa suposta evolução da sociedade brasileira” (MANTEGA, 1984, p. 249)?

Passemos, agora, ao livro *Pensamento Econômico Brasileiro*, de Ricardo Bielschowsky. O autor está ciente de que seu estudo concentra-se no período que ele concebe como de “amadurecimento” do desenvolvimentismo, ocorrido entre os anos 1945 a 1955. No entanto, trata de um período maior. No conteúdo do livro isto aparece primeiramente na Parte I, que abrange o período de 1945-1964. E na Parte II: a) o autor retrocede aos anos 1930 para encontrar, por assim dizer, alguns elementos para o surgimento do desenvolvimentismo; b) mesmo com transformações durante todo este período, o autor insiste em “desenvolvimentismo”: “Tratava-se, no mínimo, de um desenvolvimentismo profundamente alterado, menos otimista e absorvido pelas campanhas reformistas” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409). Desta maneira, o autor estica o conceito para períodos que este conceito não é suficiente. Isto torna-se evidente quando analisamos o tratamento dado pelo autor ao “nacionalismo”.

Durante o correr do livro, o conceito “desenvolvimentismo” passa por um reducionismo. Na introdução BIELSCHOWSKY (2000) elenca os elementos constituintes deste conceito, sendo o primeiro “a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro”. Contudo, no percurso do livro o “desenvolvimentismo” se desconecta da questão da pobreza, como, por exemplo, em: “Empregamos como instrumento-chave o conceito de ‘desenvolvimentismo’, que, conforme definição na introdução deste trabalho, é entendido como um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 247). Fica, portanto, definido desenvolvimentismo como industrialização planejada e apoiada pelo Estado, o que é ainda mais reducionista quando tenta aproximar o pensamento dos comunistas ao desenvolvimentismo.

Ao tratar do que denominou pensamento socialista, assinala que “O reagrupamento político dos setores progressistas da sociedade brasileira em torno do binômio democracia-desenvolvimento nucleado pela candidatura Kubitschek, sob a aliança PSD-PTB, teve reflexos imediatos na participação dos intelectuais socialistas no debate brasileiro” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 191). No entanto, na reconstrução histórica do pensamento econômico, o autor focaliza os aspectos econômicos da realidade. É perceptível, por exemplo, a ausência de tratamento sobre o conturbado período entre o suicídio de Vargas e a posse de Kubitschek. Desta maneira, a limitação ao estrito campo do pensamento econômico faz Bielschowsky (2000) operar separações que não existe na realidade e até mesmo ignorar fatos importantes para a aproximação de pensamentos. É assim, por exemplo, que para o autor a controvérsia entre desenvolvimentismo e liberalismo em meados da década de 1940 se restringe à “busca de um predomínio ideológico na orientação a ser dada à ‘**ordem econômica** brasileira’” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 316 – **negrito nosso**), quando na verdade se trata de um debate sobre ordem social (total), não somente econômica. O que importa

ressaltar aqui é que procedendo desta maneira o autor termina por menosprezar as lutas políticas em torno da democracia.

Chegamos, assim, à questão do nacionalismo, que o autor trata mais especificamente como “nacionalismo econômico”. No período de origem do desenvolvimentismo (1930-1945), Bielschowsky (2000) relaciona o nacionalismo econômico como um elemento fundamental ao projeto desenvolvimentista. Segundo o autor, as características deste nacionalismo são, de um lado, a “defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre recursos naturais”, e de outro lado, a “visão de que a industrialização só é viável através de um apoio estatal que vá além do planejamento e controle sobre recursos naturais, passando a incluir também investimentos diretos em transporte, mineração, energia e indústria de base” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 252). Contudo, o autor esquia-se de analisar o conteúdo deste nacionalismo. Percebe que ele se arrefece para ressurgir momentaneamente nos primeiros anos da década de 1950 e com maior força ao final desta década, até o golpe. Mas, ao se limitar a questões econômicas, Bielschowsky (2000) trata o nacionalismo, mesmo quando diz ser anti-imperialista, como demandas pontuais de política econômica, como a exploração de recursos naturais, por exemplo. Quando, historicamente, o nacionalismo, por mais que incorpore demandas como esta, adquiriu conteúdo diferenciado ao longo do período 1930 a 1964, sobretudo com relação ao seu caráter democrático ou autoritário.

Vejamos, então, quais as implicações para a compreensão sobre o que o autor chama de pensamento socialista. A principal delas, e como ponto de partida, consiste em considerar que “Os socialistas também eram, em certo sentido, ‘desenvolvimentistas’, porque defendiam a industrialização e a intervenção estatal” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 34). Acreditamos que essa classificação é insuficiente. Os socialistas, para permanecermos no termo utilizado pelo autor, eram anti-imperialistas, não no sentido estrito de demandas econômicas, mas como forma de ampliação da democracia. Sabiam que o nacionalismo, enquanto anti-imperialista, só podia ser levado adiante com participação popular. Portanto, para entender as posições dos socialistas à época, as lutas políticas em torno da democracia são essenciais. Por fim, o autor, ao esticar o conceito de desenvolvimentismo, subestima a contribuição dos socialistas ao pensamento dos ditos “desenvolvimentistas nacionalistas”. Isto é perceptível na seguinte citação:

O argumento econômico que os economistas socialistas empregaram para justificar sua velha proposta de realizar a reforma agrária – a qual só no final dos anos 50 os cepalinos incorporaram em suas análises – era também parecido com o destes últimos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 426).

O jogo de linguagem utilizado é evidente. A luta antilatifúndio é praticamente simultânea ao surgimento do PCB, na década de 1920. Enquanto os cepalinos à incorporaram somente no final

dos anos 1950. Mas o autor, ao invés de dizer que o argumento dos cepalinos se assemelhava ao dos socialistas, inverte a ordem. Com isto, escamoteia a verdadeira finalidade da luta contra o latifúndio, o anti-imperialismo, para enfatizar argumentos favoráveis à industrialização: o meio torna-se fim.

Silva (2010), ao analisar o pensamento de Roberto Simonsen permite-nos ter um exemplo dos limites existentes no interior da ideologia desenvolvimentista, se considerarmos Simonsen como emblemático desta corrente de pensamento. Embora reconhecendo o legado de Roberto Simonsen ao nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, a autora argumenta que em alguns aspectos o posicionamento adotado por este industrial contrastava com a posição de economistas nacional-desenvolvimentistas. Permeando este contraste, encontra-se a diferença entre o nacionalismo econômico dos anos 1930 e o nacionalismo dos anos 1950, já citada acima. Ao se alinhar ao ideal de combate ao “inimigo interno”, para o qual era reservado importante papel às forças armadas, Simonsen propugnava um alinhamento aos Estados Unidos. Este alinhamento permitiria captar recursos para o financiamento do desenvolvimento brasileiro. Ao adotar tais posições, Roberto Simonsen se aproximava do pensamento da Escola Superior de Guerra, deixando uma espécie de ponto de partida para o comportamento conservador adotado pela maioria dos industriais no pré-1964.

Silva (2006), ao analisar o livro *O tratado de Methuen* de Sodré, observa que Roberto Simonsen retomou as reivindicações protecionistas apoiado numa ideologia industrialista que procurava reconciliar o capital com o trabalho. Diferentemente,

As propostas de Sodré para a sociedade brasileira procuravam ir além da herança industrialista das décadas republicanas, das propostas de Simonsen e até mesmo das considerações econômicas pressupostas na ideologia desenvolvimentista da primeira fase do ISEB. Para tanto, Sodré procurava colocar a questão do protecionismo para as indústrias em uma perspectiva de **transformação social mais ampla**, frisando a insuficiência de uma política tarifária, conquanto necessária, para garantir a industrialização integral e a formação de um sólido mercado interno (SILVA, 2006, p. 122 – negritos meus).

Por isto a autora considera que Sodré fazia parte, na segunda metade da década de 1950, de um nacionalismo radical, mais progressista que o desenvolvimentismo industrialista.

Evidentemente, um dos combates que teria de ser levado adiante para solucionar esta “transformação social mais ampla” era contra o imperialismo, inseparável do combate ao seu principal aliado interno, o latifúndio. Acreditamos que estava implícita nestes dois combates a defesa e ampliação do regime democrático. Por isto, a democracia não deve ser colocada como coadjuvante das questões ditas econômicas, mas como forma de garantir que o combate ao

imperialismo e ao latifúndio fosse realizado pelo povo⁷. As questões econômicas, que geralmente são ressaltadas como comprovantes do nacionalismo, eram os acontecimentos nos quais o embate se dava, por ser, àquela época, o ponto de apoio daqueles que defendiam internamente uma espécie de ideologia do colonialismo atualizada para a época, dando as mãos ao imperialismo.

Repensando Nelson Werneck Sodré

Em *Introdução à revolução brasileira* Sodré evoca mais claramente um aspecto que nos parece um ângulo de visão que permite uma maior valorização da obra deste autor. Trata-se do que em *Introdução à revolução brasileira* encontra-se na parte sobre a “elaboração da cultura nacional”: **a ideologia do colonialismo**. O fato de este ponto encontrar-se na parte dedicada à cultura é esclarecedor de que a preocupação de Sodré é muito maior do que simplesmente uma industrialização planejada pelo Estado. Começamos, portanto, pela definição de **ideologia do colonialismo**:

Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, **gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles** ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização (SODRÉ, 195?, p. 130 – negrito meus).

A penetração da ideologia do colonialismo foi uma das formas de transplantação cultural, isto é, a cópia de modelos externos, que é realizada pela classe dominante. Com isto, esta classe representa aqui os interesses das metrópoles ou dos países imperialistas capitalistas. Isto significa que esta classe identifica-se com o exterior em oposição (distanciamento) às classes representativas do povo. Como observou Silva (2006, p. 124):

O que percebemos na análise de Sodré sobre a ideologia do colonialismo e o modo como se infiltra nos intelectuais, mesmo os de primeira grandeza, é que a distância entre a elite e as camadas populares não diminuiu com a independência, nem posteriormente, com o início do processo de modernização; ao contrário, manteve-se intacta e contribuiu para problematizar a formação de uma identidade nacional.

⁷ João Quartim de Moraes diz a este respeito que: “Na obra de Nelson Werneck Sodré, como nos discursos de Prestes e nos documentos do PCB, **o potencial revolucionário da democracia expressa-se em contraposição ao poder político dos latifundiários e dos agentes do imperialismo**. Tal é o sentido da crítica à ‘ideologia do colonialismo’, fórmula que, como se sabe, constitui o título de um de seus mais importantes estudos” (MORAES, 2007, p. 171 – negritos meus).

Desta maneira a transplantação “configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o nacional eram inteiramente deslocados” (SODRÉ, 195?, p. 15). Segundo Sodré (195?), procura-se, por este mecanismo, argumentar que o povo brasileiro é incapaz e desqualificado perante a civilização europeia, tomada como ideal. Esta incapacidade, que até início do século XX era justificada por seus ideólogos como decorrentes do clima e da raça, em meados do século XX era encontrada na economia. A economia surge, assim, para Nelson Werneck Sodré, como o campo (e mais adiante mostraremos que também é o fator principal, mas neste caso trata-se do funcionamento real da economia e não de uma área do saber), através do qual os interesses conservadores procuram justificar a dominação de um país por outro, a qual é defendida pela classe dominante do país dependente, que não se reconhece enquanto semelhante ao povo deste país e, assim, desvaloriza os elementos culturais autênticos, locais, nacionais, deformando-os. Mas, se enquanto campo do saber que procura justificar a dominação a economia emerge somente em meados do século XX, como fundamento concreto da dominação a economia (entendida como forças produtivas) era presente desde a fase mercantilista. Por isto Nelson Werneck Sodré encontra nas transformações da estrutura produtiva a possibilidade de romper com a ideologia do colonialismo:

Um povo começa a ter o direito de repudiar a ideologia do colonialismo quando, em consequência de transformações estruturais no campo da produção interna, a sua sociedade não define como predominante, ou absoluta em seu domínio, a classe interessada na subordinação econômica, quando as forças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a disputar uma posição. A opção pela ideologia do colonialismo só então é um ato de vontade – e quando isto acontece, tal ideologia entra em crise e começa a desmoralizar-se (SODRÉ, 195?, p. 13).

Isto não significa que a estrutura produtiva determinaria o rompimento com a ideologia do colonialismo, mas apenas que mudanças na estrutura produtiva abriria a possibilidade para tal rompimento. Outro elemento indispensável é a ampliação da democracia, que aparece evidente quando o autor, em *Introdução à Revolução Brasileira*, esclarece qual o propósito do trabalho:

Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro (SODRÉ, 1958, p. 1).

Podemos correr o risco de ser redundante, mas faz-se necessário adentrar um pouco mais nesta citação. A intenção do texto é **realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do processo nacional**. Portanto, busca-se colaborar para a

conclusão do “processo nacional”. Este “processo” tem como **fundamento mínimo** a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, mas também, a manutenção e ampliação do regime democrático.

É importante notar que esta defesa do regime democrático não significava a aceitação das regras colocadas pela legalidade instituída. A manutenção e ampliação do regime democrático era um meio possível para ampliar a tensão nas relações de poder a fim de modificá-las profundamente, de modo a corresponder às transformações econômicas, sociais e políticas do país:

A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento das alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço de forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de poder (SODRÉ, 1962, p. 404).

Sodré tinha clareza de que o capitalismo no estágio em que alcançava no Brasil era incompatível com a democracia e procuraria liquidá-la como forma de contrapor-se à resistência oferecida pelos grupos explorados. O fato de ele confiar em parte da burguesia para esta tarefa, não pode servir de argumento para invalidar a clareza da oposição entre capitalismo monopolista e democracia:

A concentração capitalista gera antagonismo no seio da burguesia: as categorias médias e inferiores tendem a ser absorvidas pelos monopólios. Na medida em que isso acontece, o capitalismo se incompatibiliza com a democracia porque esta entrava a referida absorção, permitindo aos grupos explorados expressar sua resistência. A liberdade democrática, assim, torna-se asfixiante para o capitalismo monopolista. A saída natural e única, para este, consiste na liquidação pura e simples da democracia (SODRÉ, 1962, p. 403).

Para melhor esclarecer este aspecto, seria necessário percorrer alguns caminhos. O primeiro deles consiste em esclarecer as relações entre direito aos povos oprimidos à nação-democracia-antiimperialismo-anticapitalismo⁸. O segundo consiste em identificar os acontecimentos nos quais o autor estava inserido, como a alteração de posição do Partido e as discussões precedentes. Acreditamos que com isso colocaremos um elemento que não aparece nas abordagens de Guido Mantega: os acontecimentos, no que se considera área política, que são manifestações das contradições colocadas pela luta de classes no decorrer do processo histórico e que têm impacto no posicionamento dos comunistas. A par deste segundo aspecto, poderemos encontrar no próprio

⁸ Para mais informações ver Silva (2015). Disponível em <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015.htm>.

Sodré, considerando a diferença entre racionalidade do indivíduo e racionalidade do processo, a questão conjuntural sobre as quais emergiram as contradições que precisavam ser solucionadas para resolver o “processo nacional”. Pensamos que assim supriremos a insuficiência que consiste em identificar uma linearidade entre os programas de desenvolvimento dos anos 1950, supostamente apoiados pelo PCB, sendo coroado com o modelo pós 1964, com o que não se revela as contradições do processo.

Desde os anos derradeiros do Estado Novo até o fim do período democrático que o sucedeu (1945-1964), as estratégias políticas do PCB oscilaram entre coalizões políticas e meios eleitorais para chegar ao poder ou uma luta direta pelo poder. Esta última posição foi adotada a partir de 1948, diante da cassação, em 1947, do registro do Partido bem como dos mandatos de seus eleitos em 1945. Contudo, esta linha não encontrou aplicabilidade devido tanto ao abrandamento da expectativa de uma nova guerra planetária (expectativa esta que era altamente sustentada diante da guerra da Coréia) quanto, e principalmente, ao isolamento que o Partido se colocou em relação às demais forças políticas populares, sobretudo os sindicatos. Isolamento este que, entre outros fatores, tinha origem na posição anti-getulista que o PCB passara a adotar (MORAES, 1998; REIS, 2007).

Se teoricamente o Partido sustentava esta posição, na prática ela foi sendo contrariada pelas ações de seus membros, os quais passaram, a partir de 1952, a relacionarem-se com o movimento sindical, fortalecendo-o. “Delineava-se assim no cenário político brasileiro uma nova configuração de forças em que a esquerda, agrupando comunistas, trabalhistas e nacionalistas, assumira peso determinante” (MORAES, 1998, p. 190). O acontecimento fundamental para a nova posição política adotada pelo PCB foi o suicídio de Getúlio Vargas. Os comunistas se viram acuados em manter uma total oposição ao regime democrático, tanto pela reação popular ao suicídio de Getúlio, atacando aqueles que a ele faziam oposição tanto à direita quanto à esquerda, quanto pela possibilidade de uma retomada do poder pela direita. O IV Congresso do Partido, realizado logo após o suicídio de Vargas, não tivera tempo para absorver estes impactos, com o que ficou uma incongruência entre a prática do Partido e seu programa. A alteração de posição só fora realizada em 1958, adotando-se o programa nacional-democrático, completando o que Daniel Aarão Reis chamou de retorno à sociedade brasileira (MORAES, 1998; REIS, 2007).

Santos (2007) nos oferece uma perspectiva sobre esta mudança de posição que contempla as discussões no Partido. O autor reconhece o impacto que teve o suicídio de Vargas, bem como a posição que o Partido adotou em relação à vitória de Kubitschek e a resistência de Lott. Também aponta a defesa das liberdades democráticas como forma de ampliar a participação das massas na política. Portanto, não foi “nenhuma revisão doutrinária o que levará os comunistas a estas novas posturas. A realidade é que as irá impondo, em meio a grandes resistências” (SANTOS, 2007, p.

205). Nesta aproximação cumpriu função chave, como mediadora, a defesa das liberdades democráticas. No entanto, esta aproximação à realidade, não ocorrera abruptamente. As discussões dos anos 1955-1957 encontram-se neste caminho.

Santos (2007) argumenta que o ímpeto renovador daqueles que questionavam as doutrinas do Programa de 1954, foi sendo absorvido por dirigentes do Partido, com grande dificuldade para uma revisão radical. Aos nossos propósitos, queremos destacar alguns pontos do debate, não para identificar em qual corrente Sodré se incluiria, mas para contextualizar os escritos deste autor. Seguimos dois temas. Primeiro o da democracia: para os revisionistas, esta deixa de ser pensada em abstrato e passa a ser vista através dos problemas colocados pela realidade. Vejamos uma citação de Agildo Barata, considerado por Santos um dos questionadores do Programa de 1954:

Este governo [o governo nacional e democrático] não é nem o governo democrático de libertação nacional, proposto no programa do PCB, nem o governo atual, como está constituído. As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista – crio eu – a conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um “governo nacional e democrático”, que realize uma política de soberania nacional e de coexistência pacífica, etc. Este governo introduzirá [aqui Barata retoma a centralidade da questão democrática revelada na batalha antigolpe pós-54] na vida do país um democratismo que elevará o movimento de massas a um alto nível em que se coloquem na ordem do dia as transformações que abrirão caminho para o socialismo (*Voz operária*, 2 fev., 1957 *apud* SANTOS, 2007, p. 217).

E a síntese oficial, na qual o imperialismo é visto como aliado daquelas forças internas que conspiravam contra o regime democrático:

Cada nova exigência dos imperialistas ianques, seja de bases militares ou de entrega de nossas riquezas nacionais, é sempre acompanhada de pressão para que o governo brasileiro tome medidas contra as liberdades democráticas e os direitos constitucionais; cada golpe desferido nas liberdades e nos direitos de nosso povo traz em seu bojo exigências norte-americanas de concessões contrárias aos interesses nacionais. Tanto se golpeia o imperialismo e a minoria reacionária interna quando se impede a entrega de bases militares e das riquezas nacionais como quando se impede a implantação de sua ditadura terrorista tal como sucedeu em novembro de 1955 (Cf. informe de Preste, “A situação política e as tarefas do Partido”, *Voz Operária*, 27 abr., 1957 *apud* SANTOS 2007, p. 219).

Por fim, a posição em torno do nacionalismo. Este considerado enquanto movimento em torno do qual se polarizava a vida política do país. Em torno dessa questão, devia-se evitar o isolamento do Partido, sem, com isso, compartilhar da ideologia burguesa:

Urgente distinguir entre nacionalismo de ‘nação oprimida’ e o nacionalismo visto do ‘prisma exclusivo’ da contraposição entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês; movimento político real policlassista, como *corrente de opinião* de sentido progressista, diverso do nacionalismo como *ideologia e política* da burguesia, que deveria ser combatido (SANTOS, 2007, p. 220-221).

Sem querer cansar o leitor com citações, elas nos ajudam permear os debates do Partido que a realidade colocava aos comunistas, em ambos os quais Sodré estava inserido.

Vejamos, então, como Nelson Werneck Sodré entende este período tumultuoso. Sodré reconhece o estrondoso efeito que teve o suicídio e a Carta Testamento de Vargas, sendo assim, difícil para as forças reacionárias fazerem o que desejavam. Ainda assim, conseguiram, por exemplo, implantar a instrução 113 da SUMOC e travar o projeto e criação da Eletrobrás. Mas não conseguiram evitar novas eleições. Por isto, a defesa do regime consistiu na tarefa principal das forças democráticas, em oposição aos que não desejavam sua continuidade. Do mesmo modo pode-se avaliar o Movimento de 11 de novembro. Destas interferências para a manutenção do regime resultou o caráter misto do governo Juscelino. Mas, como frisamos acima, não era apenas a manutenção do regime democrático, mas a ampliação da democracia que se desejava:

De outro lado, com o desenvolvimento do processo, o fundamental já não era apenas assegurar a vigência do regime mas dar substância a esse regime, fazer com que ele comportasse o encaminhamento das prementes soluções exigidas pelo que era novo entre nós, fazer dele o meio apropriado ao encaminhamento da renovação econômica, política e social do país (SODRÉ, 1962, p. 391).

Não é possível ir mais adiante, a não ser por assinalar que Sodré (1962) considerou o governo Juscelino dúbio até a saída do General Lott, quando tornou-se predominantemente de interesses imperialistas. O livro não vai além desse período. No entanto, consideramos ser suficiente para percebermos como a manifestação concreta da luta de classes conduziu os comunistas ao programa nacional-democrático. Também é possível perceber como a defesa da manutenção e ampliação da democracia é elemento fundamental para compreender as posições nacionalistas de Werneck Sodré.

Entremos então na importante diferenciação entre racionalidade do sujeito e racionalidade do processo. Nelson Werneck Sodré dedicou grande atenção de seu livro *A Ideologia do Colonialismo* para analisar a “sociologia” de Oliveira Vianna. Criticou-o tenazmente por ainda sustentar teorias baseadas em superioridade da raça ou do clima. No entanto, interessa-nos ressaltar as veias autoritárias de Vianna que Sodré apresenta. Sodré critica Vianna por este dizer que há uma característica democrática do estancieiro gaúcho que se poderia verificar através do caráter fraterno com que este tratava seus subalternos. Para Sodré, esta era uma forma falsa de ver a relação entre estancieiros e subalternos, pois “por mais que se misturassem, na faina dos rebanhos, senhores e empregados não deixavam de ser o que eram e, desde que a apropriação dos campos se tornou a generalidade, a distinção de classes repontou, como inevitável consequência” (SODRÉ, 195?, p. 247).

Outro argumento utilizado por Vianna e criticado por Sodré é o da superioridade sulina advinda de seu hábito guerreiro. Assim, para Sodré, Vianna estaria propugnando a guerra como meio mais poderoso de seleção. Esta seleção valia também para justificar a aptidão dos sulistas para a vida pública, a organização do poder público e para governar. Sodré conclui: “que esse homem tivesse sido, com tal ‘sociologia’ um dos forjadores do regime ditatorial, em nosso país, não é coisa de espantar”. Isto, aliás, é muito coerente com outra crítica de Sodré a Oliveira Vianna, já notada por Silva (2006): a forma aristocrática de reconstituir a história, atribuindo a responsabilidade pelas transformações apenas às classes dominantes, sem que o povo aparecesse.

Exatamente por compreender a luta latente entre senhores e empregados e por saber que a história se move pelas contradições de classe que Sodré não interpreta o Estado Novo, do qual Oliveira Vianna foi estadista importante, como um desenvolvimento do pensamento deste. Segundo Sodré:

O Estado Novo, cujo estudo está por ser feito, não foi, entretanto, apenas a cortina policial com que se apresentou ostensivamente. Logo após a sua instalação, denunciaria a presença, a que não poderia fugir, da classe média em seu seio. E não houve apenas formal coincidência no fato de ter sido o Exército o seu suporte necessário, quase único em diversos trechos episódicos. A tarefa da unificação dos poderes, o desaparecimento das forças regionais, traduzido, muito mais do que no aspecto formal da abolição dos símbolos estaduais, no aspecto real da existência de bases doutrinárias nacionais e de uma tarefa administrativa efetivada segundo o interesse do conjunto, para a tarefa de unificação dos poderes foi levada ao ponto de colocar as forças dos Estados no lugar que lhes cabia, deixando de serem elas o instrumento das oligarquias. A legislação econômica traduziu, sob muitos aspectos, alguns fundamentais, uma orientação nacionalista. Voltou-se o Estado Novo, por outro lado, para a classe trabalhadora, cujas simpatias disputou efetivamente e conseguiu captar em grande parte (SODRÉ, 1958, p. 219).

Não por acaso, o autor encontra na “época de Vargas” o início de um processo de profundas transformações o qual chamavam de “Revolução Brasileira”, em flagrante oposição às críticas a Oliveira Vianna. E para que não reste dúvida de que Sodré olha para as contradições do processo, ao invés de encarar a história como um desenrolar do pensamento e vontade de qualquer estadista, eis sua opinião sobre o segundo governo Vargas:

Retornando ao poder, e agora pela consagração popular, Vargas trazia para o seu governo as contradições agravadas e aprofundadas entre o novo e o velho. As condições para as manobras em que se caracterizara, porém, estavam reduzidas. O seu governo representa, desde o início, uma solução de compromisso, que pretende atenuar ou omitir aquelas contradições, e esta solução é que, finalmente, leva o governo ao isolamento: enquanto se desacredita em um campo, o do imperialismo e o das forças internas que vivem da aliança com ele, desacredita-se também no outro campo, o que se opõe ao imperialismo. Sempre que este está presente, as soluções dos grandes problemas internos, os que afetam a estrutura de produção, afetam o campo externo. Para Vargas, a opção era extremamente difícil: ou se apoiava em bases populares ou se divorciava delas; apoiar-se em bases populares

significaria aprofundar as alterações e desafiar o imperialismo; apoiar-se em bases imperialistas significaria a sua destruição política. O seu suicídio representou o fim de uma época e o fim de uma política (SODRÉ, 1962, p. 334).

O leitor, agora, pode lembrar as alterações que foram se sucedendo no posicionamento e nas ações políticas dos comunistas a partir do suicídio de Vargas e como isto apareceu nos escritos de Sodré.

Conclusão

Demonstramos como Nelson Werneck Sodré entendia o processo histórico em suas contradições sobre as quais atua a luta de classes. Estas se apresentavam como: num tempo mais longo, na luta anti-imperialista e anti-latifúndio, internamente contra aqueles que, ao manter laços com agentes imperialista, não se reconhecia com o povo brasileiro o qual julgava inferior; estes embates se manifestavam nos acontecimentos políticos em torno dos quais se aglutinava grupos conservadores que para manterem-se no poder pressionavam para o rompimento do regime democrático. Acreditamos que a partir deste ângulo, podemos entender melhor os posicionamentos de Sodré diante das questões econômicas, normalmente as únicas ressaltadas pelos economistas para compreender o nacionalismo da época. Sodré não propugnava apenas por políticas industrialistas, mas defendia uma transformação social mais ampla, para qual a alteração na estrutura produtiva, apesar de necessária, não era suficiente. Era preciso também ampliar a democracia efetivamente.

Bibliografia

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. – 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo, SP; Petrópolis: Polis: Vozes, 1984.

MORAES, J. Q. de Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954). IN MORAES, J. Q. M. (org.) *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. Campinas: Editora Unicamp, 1998, p. 161-199.

MORAES, J. Q. de O Programa Nacional-Democrático: fundamento e permanência. IN MORAES, J. Q. de; DEL ROIO, M.(orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 161-227.

REIS, D. A. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. IN RIDENTE, M.; REIS, D. A. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 73-108.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. IN Moraes, J. Q. de; Reis, D. A. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil*, vol. 1. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, L. O. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. IN CUNHA, P. R. da; CABRAL, F. (orgs.) *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a penas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006, p. 103-134.

SILVA, L. O. Roberto Simonsen: a industrialização brasileira e a segunda guerra mundial. IN *Revista História Econômica & História de Empresas*, vol. XIII, nº 2, jul-dez 2010, p. 25-52.

SILVA, U. R. U. da A relação entre nacionalismo e imperialismo em Lênin. IN *Anais do Colóquio internacional Marx e o marxismo 2015*. Acesso através da página <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015.htm>.

SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1957.

SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Brasiliense, 1958.